

Parecer nº 08/2022/CI

SGD: 2022/24839/035149

Palmas/TO, 03 de novembro de 2022

PARECER Nº 08/COMITÊ DE INVESTIMENTOS/2022 REFERÊNCIA: RELATÓRIO DE AGOSTO/DINVEST/2022

INTERESSADO: CONSELHO FISCAL

## **RELATÓRIO**

Relatório Mensal emitido pela Diretoria de Investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, que tem como objetivo apresentar as principais características e informações referentes à carteira de investimentos do Igeprev/TO, visando um acompanhamento atualizado para melhor tomada de decisão. Apresenta um cenário geral do mercado financeiro, tanto Internacional como no Brasil.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

Destaca-se que o Relatório Mensal é exigência contida na PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022, a qual disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos Arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019. Visto que, o capitulo VI da referida Portaria trata, especificamente, sobre os investimentos dos recursos, além de ser requisito inscrito na Política Anual de Investimentos do Igeprev-TO, aprovada para o ano de 2022, para acompanhamento do desempenho das aplicações financeiras, contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações realizadas.

Ainda, a exigência de relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação, é de elaboração mensal, conforme





exigência do Manual para certificação junto à Secretaria da Previdência do Ministério da Economia – Pró-Gestão.

## **ANÁLISE**

Da análise do presente Relatório, constatou-se que foram observados os requisitos presentes na Resolução BACEN Nº 4.963/2021 e na Portaria MTP Nº 1.467/2022.

Vale ressaltar que a realização de procedimentos contrários às normas vigentes ocorreu entre os anos de 2011 e 2014 e que os mesmos foram objeto de sindicância por parte deste Instituto, bem como de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado do Tocantins. Além disso, tanto a atual Diretoria de Investimentos quanto o Comitê de Investimentos deste Instituto têm adotado diversas ações com o objetivo de recuperar ou, pelo menos, minimizar as perdas decorrentes das alocações de recursos em investimentos de alto risco realizadas anteriormente.

De acordo com o cenário apresentado no Relatório do mês, a dicotomia entre inflação elevada e risco de recessão foi responsável pela intensa variação dos preços dos mercados em agosto. Que aliadas as preocupações com a desaceleração da economia chinesa e os baixos estoques de gás natural na Europa reforçaram o movimento de aversão a risco nos mercados. Nos EUA, a inflação ao consumidor teve resultado abaixo do esperado, sugerindo que o pico da inflação foi atingido e levando a expectativa de desaceleração nos próximos meses, porém segue a pressão sobre a alta de juros. Já na Europa, o declínio do envio de gás da Rússia e as condições climáticas desfavoráveis levaram à alta de preços de energia e os governos vêm adotando medidas para conter a elevação dos preços. Porém, os efeitos do quadro inflacionário e energético na Europa favorecem para que o cenário de recessão se torne o mais provável, podendo haver piora adicional no caso de uma eventual escalada geopolítica.

No Brasil, o provável fim do ciclo de aperto monetário e o cenário favorável contribuíram para a forte performance no mercado local, com alta na bolsa, valorização do real e recuo dos juros. A aproximação da eleição motivou a sinalização da continuidade do pagamento dos benefícios do programa Auxílio Brasil e do corte de





impostos federais sobre combustíveis, confirmando o cenário de maior estímulo fiscal. As medidas adotadas são tanto um vetor potencial de elevação da taxa de juro real quanto um estímulo direto à demanda, atuando na direção oposta da política monetária em um momento no qual o Banco Central tenta desacelerar a economia.

A Carteira de Investimentos em 31 de agosto de 2022 apresentou um total de **R\$ 3.733.398.831,58**, conforme observado às fls. 9/10 do aludido relatório, sendo um percentual maior investido em renda fixa de **73,28%**.

Com relação às aplicações no exterior, em virtude de um cenário adverso, apresentam marcações negativas, porém há de se considerar a performance do mês anterior, visto que, o desempenho do bimestre aponta para expectativas de reação positiva.

Quanto às movimentações na carteira neste mês, conforme Relatório fl. 10, consta o recebimento de Cupons semestrais das NTN-B 2050 no valor de R\$ 19.958.016,15, das NTN-B 2026 no valor de R\$ 866.882,30 e do Fl BRASIL 2024 IV TP RF, no valor de R\$ 1.140.478,61. Consta ainda a amortização do Plano de Liquidação do fundo TOWER BRIDGE RF Fl IMA-B 5, no valor de R\$ 155.070,38, e o recebimento de Dividendos do fundos FII INFRA REAL ESTATE, no valor de R\$ 30.438,46 e FII RB CAPITAL RENDA II, no valor de R\$ 30.438,46, cuja soma de todos os valores foram depositados na conta de custódia do Igeprev-TO.

Quanto à concentração da carteira, fls. 09/10, observa-se que as Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B, apresentam 20,30% do total, seguida de 16,87% no Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI.

Quanto à distribuição da Carteira por Segmento, fl. 11, conclui-se que do total de recursos, 73,28% estão alocados em Renda Fixa, 9,93% em Renda Variável, 1,80% em Investimentos no Exterior, 11,90% em investimentos Estruturados, e 3,09% em Investimentos Imobiliários.





Quanto à alocação por gestor, à fl. 23, observa-se que as maiores partes dos ativos são com gestão no BB, CEF e Tesouro Nacional, somando um percentual aproximado de 73% da carteira do Igeprev, sendo 28,37% no BB; 24,07% na CAIXA DTVM; e 20,30% em Títulos Públicos.

À fl.25 traz a rentabilidade mensal da carteira e meta atuarial, que em agosto, ficaram em 1,87% e 0,05% respectivamente.

Com relação ao enquadramento/desenquadramento dos Fundos que compõe a Carteira, o Relatório em análise (fls. 12/13) não apresentou alterações significativas, já que todos os desenquadrados lançados ou estão cobertos por liminar ou cobertos pelo art. 27, § 2º da Resolução BACEN Nº 4.963/2021.

Quanto à análise dos Fundos (saudáveis) observa-se que:

- ➤ As aplicações em 100% em títulos públicos, fl. 17, apresentaram rentabilidade de 3,42% NTN-B 2050, -0,05% NTN-B 2025 e -0,06% NTN-B 2026, no mês.
- Já os Fundos de Renda Fixa, que alocam recursos não somente em Títulos Públicos, contemplados no Art. 7º, III, Alínea a da Resolução CMN 4.963/2021, fls. 17, apresentaram baixa rentabilidade no mês de agosto, porém com saldo positivo. Ressaltando que se incluem nesta Alínea alguns fundos estressados.
- ➢ Os fundos de Ações de Renda Variável, contemplados no Art.8º, I, da Resolução CMN 4.963/2021, fl. 18, apresentaram rentabilidade média positiva no mês, conforme verifica às fls. 18, sendo todos fundos com rentabilidade positiva.
- Quanto aos Investimentos no Exterior, contemplados no Art. 9º, II, fl. 25, houve rentabilidade negativa no mês, indo contrário ao sinal de recuperação apontado no mês anterior.

## **CONCLUSÃO**





Diante das informações apresentadas no Relatório em análise, conclui-se que não foi verificada nenhuma inconsistência na condução do gerenciamento da Carteira de Investimentos no mês e no ano em questão, e que os procedimentos relatados atendem às exigências legais dos órgãos de regulação.

Ressaltamos que o resultado do total da Carteira no mês de agosto ficou abaixo da meta atuarial, apresentando rentabilidade no mês média de 1,87%.

Assim, mantemos a sugestão para a realocação de recursos de forma tempestiva, no intuito de aproveitar o momento em títulos públicos federal, considerando cenário econômico favorável a este segmento de investimento.

Portanto, encaminhe-se o presente Parecer, juntamente com o Relatório de Investimento para análise e deliberação do Conselho Fiscal, conforme Manual do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Comitê de Investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, aos 03 dias do mês de novembro de 2022.

**MARIA SUELI MARTINS** 

**ELENORA ANTONIA DE CARVALHO** 

Membro

Membro

JULIO SORES LACERDA

Membro

DILMA CAMPOS DE OLIVEIRA Membro

**ODIRCE SOARES DO NASCIMENTO** 

Coordenador do Comitê

